



VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 00.292.081/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Viasolo Engenharia Ambiental S/A referentes a 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia.

I) A Companhia: a Viasolo é responsável pelos serviços de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos no município de Betim, além de executar serviços de coleta domiciliar em Sabará, serviços de coleta e tratamento de resíduos de serviços de saúde para clientes públicos e privados. Na área de tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos destacam-se as operações da estação de transbordo localizada no município de Lavras e o Aterro Sanitário localizado no município de Montes Claros que tem como principais clientes o município de Montes Claros e o Consórcio de Municípios denominado CODANORTE. Através

de suas investidas, Afensas Ambiental, Ecovia Valorização de Resíduos e Resíduo Zero Ambiental se mantém presente na atividade de tratamento nas regiões sul e mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e no estado de Goiás respectivamente.

II) Desempenho Operacional: a área operacional continua apresentando boa performance, evidenciada pelos níveis de melhoria contínua dos indicadores de produtividade.

III) Gestão de Pessoas: a Viasolo manteve a excelência na gestão de pessoas, concluindo todos os programas de capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores. Todos os indicadores de performance foram atingidos.

IV) Segurança e Meio Ambiente: Com base nos preceitos da gestão integrada, a Viasolo adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho, sendo certifi cada na OHSAS 18001. Comprometida

com a preservação do meio ambiente, a Viasolo cumpre com rigor a legislação aplicável a sua atividade, atuando com práticas preventivas para mitigar seus aspectos e impactos ambientais sendo certifi cada na ISO 14001.

V) Qualidade, Auditoria Interna e Gestão da Informação: Com a missão de assegurar o cumprimento do desdobramento dos objetivos estratégicos da Viasolo mediante o processo de auditoria, gestão de metas, documentos e planos de ação a Viasolo mantém esses processos em apoio a Alta Direção via Governança Corporativa. De forma consistente é realizado a definição de processos, padrões e procedimentos críticos para sustentação do negócio sendo certifi cada na ISO 9001.

VI) Investimentos: Em 2021 foram realizados investimentos para ampliação do Aterro KII em Montes Claros, investimentos em equipamentos de informática e em estruturas para melhoria da segurança do trabalhador.

VII) Compliance: Ética e Integridade são compromissos inegociáveis na Viasolo,

para os quais não há tolerância para desvios. Um destaque especial foi a manutenção da certifi cação na norma ISO 37001, assegurando um sistema de gestão antissuborno efi caz e nesta linha foi agraciada também com o reconhecimento pela CGU – Controladoria Geral da União como Empresa Pró Ética, edição 2020-2021. Estes reconhecimentos são a tradução do firme propósito da administração em assegurar uma gestão comprometida com transparência e estruturada nos princípios éticos que compõem seu Código de Conduta.

Agradecimentos: Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, fornecedores, instituições financeiras e comunidades nas quais atuamos. Agradecemos especialmente a todos nossos colaboradores, cujo comprometimento diário com os valores da Viasolo foi fundamental para o êxito obtido.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	10,1	3.831	788	4.315
Contas a receber de clientes	11	30.158	31.838	39.920
Mútuos a receber de partes relacionadas	18	3.557	7.395	991
Estoque	13	1.389	834	2.071
Dividendos a receber	13	2.555	5.604	-
Impostos a recuperar	12	3.527	2.337	3.771
Outras contas a receber	14	240	394	1.606
Total do ativo circulante	45.257	49.190	52.072	46.773
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Contas a receber de clientes	11	-	-	1.936
Títulos e valores mobiliários	10,2	109	-	559
Mútuos a receber de partes relacionadas	18	1.877	-	691
Outras contas a receber	14	69	124	169
Ativo fiscal diferido	23	1.126	-	1.536
Depósitos judiciais	14	875	924	897
		4.056	1.048	3.852
Investimentos	15	37.125	32.059	-
Imobilizado	16	27.669	27.300	62.228
Intangível	17	64.795	59.361	100.507
		167.915	59.361	100.507
Total do ativo não circulante	68.851	60.409	104.359	100.481
TOTAL DO ATIVO	114.108	109.599	156.431	147.254

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital integral	Reserva de retenção de lucros	Reserva de subsunção para investimentos	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	21.367	24.154	580	1.161	444	47.706	10.311	58.017	
Aumento do capital social	5.000	-	-	-	-	2.000	-	2.000	
Lucro líquido do exercício	(3.000)	-	-	-	8.767	8.767	(970)	7.797	
Reserva legal	-	-	-	430	(430)	-	-	-	
Reserva de lucros	-	-	-	-	8.182	-	-	8.182	
Perda de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão de dividendos distribuídos de períodos anteriores	-	-	-	-	(630)	155	(155)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	26.367	(3.000)	580	1.591	599	60.095	9.332	69.427	
Aumento do capital social	3.000	-	-	-	-	3.000	2.053	5.053	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.664	5.664	(591)	5.073	
Reserva de lucros	-	-	-	869	(869)	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	283	(283)	-	-	-	
Reserva de subsunção para investimentos	-	-	-	-	(1.500)	1.500	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	-	(3.767)	(3.767)	(10)	(3.777)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	26.367	-	580	1.874	2.099	64.247	10.784	75.031	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Viasolo Engenharia Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Viasolo"), entidade controladora do Grupo Viasolo, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida da Praia, 100 – Prédio II – Rio das Areias, município de Betim - MG. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Viasolo" e individualmente como "entidades do Grupo"). A Viasolo é detentora de 99% das cotas da empresa Ecovia Valorização de Resíduos Ltda, cujo objeto social é a gestão de resíduos públicos através de concessão, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos, bem como toda e qualquer atividade correlata, podendo ainda participar de consórcios e em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. Em 25 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 60% das ações e o controle da Resíduo Zero Ambiental

S.A. ("Resíduo Zero"), cujo objeto social é a gestão de resíduos, inclusive perigosos; estudos, projetos e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação; coleta, transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos; operações e construções de aterros sanitários e industriais; entre outros, com atuação limitada em determinados municípios do Estado de Goiás. Em 06 de novembro de 2017 a Companhia passou a vigorar no quadro societário da Afensas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. ("Afensas"), com 51% das quotas que foram adquiridas da Revita Engenharia S.A. a Afensas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. foi constituída em dezembro de 2011, sob a forma de sociedade limitada, com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com a Prefeitura Municipal de Afensas - MG. Tal contrato tem vigência de 20 anos a partir de 18 de janeiro de 2012, prorrogável por mais 10 anos, à critério do Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2021, as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.				100,00%	100,00%
Afensas Ambiental Trat. de Res e Limp Urbana Ltda.	Resíduos públicos (coleta)	Afensas	Controlada	100,00%	100,00%
Ecovia Valorização de Resíduos	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Conselheiro Lafaiete	Controlada	99,00%	99,00%
Resíduo Zero Ambiental S.A.	Resíduos privados (Coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos e incineração de resíduos industriais)	Guapo	Controlada	60,00%	60,00%

1.1. Informações relevantes: A controlada Afensas tinha como únicas sócias a Viasolo Engenharia Ambiental S.A. e a Construtora Contorno Ltda. ("Contorno"), que eram titulares, respectivamente, de 51% (cinquenta e um por cento) e 49% (quarenta e nove por cento) das ações representativas do capital social. Em 24 de agosto de 2020 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a Viasolo passou a ser detentora de 100% das quotas da empresa Afensas, dada considerada como a aquisição de controle. O preço total pela aquisição das quotas e dos créditos é de R\$ 5.000, dos quais R\$ 1.901 correspondem ao preço de aquisição das quotas e o restante R\$ 3.099 refere-se ao preço de aquisição dos créditos, onduos de mútuos e dividendos não pagos à vendadora. A aquisição da participação do sócio na Afensas se justifica pela boa avaliação econômica da empresa através da análise de fluxo de caixa descontado amparado em um Contrato de Parceria Público Privada com o município de Afensas vigente até janeiro de 2032 com possibilidade de renovação até janeiro de 2042. Soma-se a isso o fato de o Acordo de Acionista existente com o sócio não retrair o controle da SPE à Viasolo, situação resolvida com a aquisição da totalidade das cotas. A Companhia efetuou o laudo de avaliação do valor justo da adquirida para realizar os registros nas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do CPC 15 (R1) - IFRS 03 Combinações de negócios, resultando em uma compra vantajosa no montante de R\$ 5.429. **a. Contraprestação transferida:** O valor pago para Construtora Contorno Ltda. em 2020, ocorreu por meio de caixa e equivalentes, e o saldo é composto como segue:

Valor da aquisição de 49% - Afensas Ambiental (a)	Valor pago em 2020	Saldo devido à construtora Contorno Ltda.
5.000	(2.000)	3.000

b. Apuração do valor da compra vantajosa gerada na transação, conforme demonstrado o quadro a seguir:

Participação anterior	51%
Participação adquirida	49%
Participação total	100%
Contraprestação transferida	1.825
Participação de controladores em conjunto	-
Valor justo de participações anteriores	2.905
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(10.159)
Valor da compra vantajosa (a)	(5.429)

a. A receita gerada por ganho de compra vantajosa na Companhia Viasolo pela aquisição de controle da Afensas, é apresentada conforme a nota explicativa nº 30. **b. Balanço Patrimonial ajustado da Afensas em 31 de agosto de 2020:** Com base nos ajustes realizados nos itens patrimoniais e, por consequência, o ajuste no patrimônio líquido, foi elaborado o Balanço Patrimonial ajustado da Afensas em 31 de agosto de 2020, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial - Afensas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	Saldo Contábil 31/08/2020	Ajustes a Débito	Ajustes a Crédito	Saldo Ajustado 31/08/2020
Ativo Circulante	4.589	-	-	4.589
Longo Prazo	2.269	-	-	2.269
Móveis e Utensílios	23	12	-	35
Informática	12	4	-	16
Ativo Imobilizado Líquido	35	16	-	51
Outros Ativos Intangíveis Líquidos	11.793	-	-	11.793
Contrato de Concessão	-	9.304	-	9.304
Ativo Intangível Líquido	11.793	9.304	-	21.097
Ativo Não Circulante	14.097	9.304	-	23.411
Ativo	18.686	9.304	-	28.006
Dividendos Anteriores a Pagar	3.329	(684)	-	2.646
Outros Passivos Circulantes	4.562	-	-	4.562

Balanço Patrimonial - Afensas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.

Saldo Contábil 31/08/2020	Ajustes a Débito	Ajustes a Crédito	Saldo Ajustado 31/08/2020	
Passivo Circulante	7.892	(684)	-	7.208
Impostos Diferidos	300	-	3.169	3.469
Outros Passivos não Circulantes	7.170	-	-	7.170
Passivo Não Circulante	7.470	-	3.169	10.639
Capital Social	3.168	-	-	3.168
Resultados Acumulados	156	-	-	156
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	6.835	6.835
Patrimônio Líquido (a)	3.324	-	6.835	10.159
Passivo e Patrimônio Líquido	18.686	(684)	10.004	28.006

a. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos da Afensas é, de R\$ 10.159 mil.

d. Metodologia de avaliação do cálculo do valor justo do contrato de concessão: O método utilizado foi o MPEEM (Multi-Period Excess Earnings), esta metodologia é recomendada para a avaliação do principal ativo responsável pela geração de receitas de uma empresa. É derivada da abordagem de renda e é uma aplicação específica do método de fluxo de caixa descontado. Seu objetivo é a determinação do valor de um ativo por meio de sua capacidade de geração de fluxos de caixa ao longo do tempo. Dessa forma, o valor de um ativo é o valor presente dos fluxos de caixa que o ativo deve gerar ao longo de sua vida útil, descontados por uma taxa que reflita adequadamente o nível de risco do ativo. Dificilmente, contudo, é possível atribuir uma série de fluxos de caixa a um único ativo, ou que apenas um ativo é responsável por toda a geração de benefício econômico. Em muitos casos, a geração de uma série de fluxos de caixa é suportada por mais de um ativo. Para que se possa, portanto, medir o valor justo do ativo objeto da avaliação, é necessário descontar dos fluxos de caixa as parcelas que são geradas por outros ativos que contribuem para o resultado (ativos contribuintes). As parcelas descontadas são chamadas Custo de Uso do Ativo Contribuinte. O Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Afensas é um conjunto de ativos intangíveis resultante da exclusividade concedida à Afensas para a exploração dos serviços públicos de tratamento, manejo e destinação final de resíduos sólidos e limpeza urbana. Ele engloba a exclusividade, o relacionamento contratual com clientes e outros, cuja existência asseguram a continuidade dos negócios da empresa. No caso da Afensas esse ativo está relacionado a um único contrato com a Prefeitura, fonte da maior parte das receitas da empresa. A metodologia utilizada foi a do MPEEM, e os custos de utilização dos ativos contribuintes e as taxas identificadas foram: • Retorno sobre o Ativo Imobilizado: 12,1% • Custo do Uso do Capital de Giro: 11,1%; e • Retorno sobre a Força de Trabalho: 16,8%. O histórico de prestação de serviços a outros clientes além da prefeitura de Afensas não foi suficiente para estimar uma taxa de ativo de clientes. Por esse motivo foi adotada a premissa de ativo de 10% a.a. Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado. Projeção do Fluxo de Caixa Operacional Livre: O horizonte de projeções utilizado foi a vida útil remanescente da empresa, estimada em 11,4 anos. Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, considerando o efeito inflacionário. Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da Companhia. Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (Weighted Average Cost of Capital), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01. As taxas de desconto WACC utilizada da Afensas em moeda constante, foi atribuída de 11,6%. O resultado do cálculo do valor do contrato de concessão foi de R\$ 9.304, conforme destacado balanço ajustado da explicativa 1.1. **1.2. Efeitos do COVID-19:** A Companhia atravessou os meses transcorridos desde o início da pandemia do Covid-19 sem alterações relevantes em suas receitas, resultados e geração de caixa o que decorre do caráter de essencialidade de suas atividades. Fato é que houve pequeno decréscimo do volume da atividade de disposição de resíduos industriais, devido à diminuição do nível de atividade produtiva de clientes de determinados ramos da indústria. Igualmente ocorreu com a coleta de resíduos comerciais, por sua vez, foi atingida pela redução de atividades do Comércio e Serviços. Por outro lado, as atividades de manufatura reversa, e tratamento de resíduos tem sofrido impulso e a pandemia tem auxiliado a repulsão a consciência ESG

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
Custo dos serviços prestados	26	68.201	57.979	82.486
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27	(57.089)	(48.870)	(68.863)
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	11.112	9.109	16.388	13.623
Despesas comerciais	28	44	(91)	(323)
Despesas administrativas	29	(1.392)	(2.519)	(2.365)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	30	2.469	5.643	2.539
Resultado de equivalência patrimonial	15	157	(60)	-
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	1.278	2.973	(149)	1.901
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	12.390	12.082	16.239	15.524
Receitas financeiras	31	994	340	996
Despesas financeiras	31	(6.893)	(1.848)	(10.809)
Resultado financeiro líquido	(5.899)	(1.508)	(9.813)	(5.098)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.491	10.574	6.426	10.426
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23	(2.052)	(1.713)	(3.053)
Corrente	23	(275)	(249)	200
Incentivo lucro da exploração	23	1.500	155	1.500
Lucro líquido do exercício	5.664	8.767	5.073	7.797
ATRIBUÍVEL À:				
Acionistas da Companhia			5.664	8.767
Participação de não controladores			(591)	(970)
			5.073	7.797

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.664	8.767	5.073	7.797
Total do Resultado Abrangente	5.664	8.767	5.073	7.797
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			5.664	8.767
Acionistas não controladores			(591)	(970)
Resultado abrangente total	5.073	7.797	5.073	7.797

(Environmental, Social and Governance), fato que avança a demanda por serviços ambientais prestados pela Companhia. A Administração não espera outros efeitos que sejam impactáveis à pandemia, que possam afetar seus resultados.

2. Base de preparação
Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional



VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento: Ativos financeiros - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicação contábil de hedge nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, em suas demonstrações financeiras. **Capital social: Ações ordinárias** - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **b. Base de consolidação: Combinação de negócios** - Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo Viasolo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ativo que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação de riscos civis e trabalhistas são realizadas provisórias para riscos civis e trabalhistas e mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação de riscos civis e trabalhistas para riscos civis e trabalhistas são classificadas como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação das provisões para riscos civis e trabalhistas são registradas no resultado do exercício. **Participação de acionistas não controladores** - O Grupo Viasolo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo Viasolo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Controladas** - O Grupo Viasolo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio de do método de equivalência patrimonial. **Perda de controle** - Quando da perda de controle, o Grupo Viasolo desreconhece os ativos e passivos das controladas, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essas controladas. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo Viasolo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Viasolo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **c. Receita de contratos com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. O Grupo reconhece a receita quando cumpre a obrigação de desempenho especificada em seus contratos com clientes. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. **Receita de serviços prestados - Resíduos: Limpeza Pública** - As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública são compostas por variação, lavagem de vias públicas e manutenção de praças públicas. Por se tratar de serviços não separáveis, ou seja, não são prestados separadamente para outros clientes, são considerados como uma única obrigação de desempenho "Limpeza Pública". Conforme previsto nos contratos de prestação de serviços, a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês no qual são devidos os serviços que foram prestados de acordo com as metragens das vias, praças e logradouros cujo a limpeza foi executada. O Grupo Viasolo reconhece a receita de acordo com as medições mensais dos serviços executados. **Coleta:** As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, coleta de resíduos de áreas públicas, e demais coletas. Tais serviços compõem um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente no contexto dos contratos com clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho "Coleta de Resíduos". Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida ao final de cada mês quando das pesagens das quantidades de resíduos coletados e descartados nos aterros para destinação final de resíduos. **Destinação final de resíduos:** A obrigação de desempenho inerente à destinação final de resíduos em aterro é cumprida e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês conforme previsto em contrato, de acordo com a pesagem total depositada de resíduos e apuradas pelas balanças de pesagem dos aterros. As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas com base nos valores definidos e acordados em contrato. **Contrato de construção:** A receita de construção do Grupo Viasolo está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº 26. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos obtidos, juros recebidos e receita de juros sobre contratos de mútuo. A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **e. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se o Grupo Viasolo tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Plano de contribuição definida** - As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **Participação nos lucros** - O Grupo Viasolo reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **f. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo Viasolo opera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar o líquido ou valor contábil de seus ativos e passivos. **Incentivo lucro da exploração:** O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos. A Companhia possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual

é calculado com base no lucro da exploração. **g. Redução ao valor recuperável (Impairment): Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - inputs: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças, se aplicável. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. **Ativos financeiros:** O Grupo Viasolo determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades do Viasolo. **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas de acordo com o modelo simplificado, considerando uma matriz de faixa de atraso, com base no histórico de perdas de contas a receber com clientes, bem como uma expectativa de perda futura. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos. **A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:** • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações com a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contábil máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Viasolo, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do grupo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, materialmente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). O ativo de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a um ativo é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h. Imobilizado: Reconhecimentos e mensuração:** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Viasolo. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, ou de forma sistemática ao longo do contrato de concessão, dos dois o menor. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa nº 16. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Ativos intangíveis e ativo: Ativo** - O ativo é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). **Outros ativos intangíveis:** Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). **Bens reversíveis:** São os bens diretamente vinculados ao contrato de concessão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão, se previsto em contrato. O valor amortizável dos bens vinculados à concessão registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor. O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, conforme segue: • Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário. • A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço. • O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente. • O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência. • O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por valor residual ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador. **A infraestrutura usada pelo Grupo Viasolo sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de concessão, quando:** • O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; • O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão; O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: • Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de concessão. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; • Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo

público. **Softwares:** Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao item específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ativo gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada para realizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritas na nota explicativa nº 17. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ativo não é amortizado. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos civis e trabalhistas - Provisão para riscos civis e trabalhistas:** Refere-se a questões trabalhistas e civis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro:** Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade com o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 9,54% (9,54% em 2020); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. **Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro:** A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento de base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados, **k. Subvenções Governamentais:** A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais da controlada em conjunto Viasolo não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2025 o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações de cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados em dedução do outro. **7. Novas normas e interpretações** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emite, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que

essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **8. Instrumentos financeiros** **8.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins. **8.2. Gerenciamento de risco financeiro:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Viasolo para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Viasolo, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Viasolo. As atividades do Grupo Viasolo expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho do Grupo Viasolo tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. **8.3. Risco de mercado: a. Risco de câmbio:** A Companhia não possui transações denominadas em moedas estrangeiras, consequentemente, não estão expostas às flutuações da taxa de câmbio. **b. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros do Grupo Viasolo decorre, substancialmente, de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo seu custo amortizado na data do encerramento do balanço. O Grupo Viasolo realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, e os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2021	Cenários				
			I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	3.831	CDI	3.831	89	177	(89)	(177)
Empréstimos e financiamentos	9.613	13,79%	9.613	331	663	(331)	(663)
Títulos e valores mobiliários	109	9,25%	109	3	5	(3)	(5)
Efeito no resultado				423	845	(423)	(845)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2021	Cenários				
			I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	4.315	CDI	4.315	100	200	(100)	(200)
Empréstimos e financiamentos	33.284	13,79%	33.284	1.147	2.295	(1.147)	(2.295)
Títulos e valores mobiliários	559	9,25%	559	13	26	(13)	(26)
Efeito no resultado				1.260	2.521	(1.260)	(2.521)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2020	Cenários				
			I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	788	2,75%	788	5	11	(5)	(11)
Empréstimos e financiamentos	16.845	7,20%	16.845	303	606	(303)	(606)
Efeito no resultado				308	617	(308)	(617)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2020	Cenários				
			I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.135	2,75%	1.135	8	16	(8)	(16)
Empréstimos e financiamentos	34.670	7,16%	34.670	621	1.241	(621)	(1.241)
Efeito no resultado				629	1.257	(629)	(1.257)

Este risco surge da possibilidade que o Grupo Viasolo pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. O Grupo Viasolo monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. **c. Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas. **d. Risco de realização de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo Viasolo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Viasolo (vide nota explicativa nº 11). Para mitigar o risco de possibilidade de o Grupo Viasolo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Viasolo adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato de concessão. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.831	788	4.315
Contas a receber de clientes	11	30.158	31.838	39.920
Mútuos a receber de partes relacionadas	18	5.434	7.395	1.682
Outras contas a receber	309	518	1.173	1.830
Títulos e valores mobiliários	109	-	559	-
	39.841	40.539	47.649	45.515

e. Risco de liquidez: A liquidez do Grupo Viasolo depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Viasolo disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Viasolo, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2021	Controlada					Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	
Empréstimos e financiamentos (a)	4.098	3.692	2.866	-	10.656	9.613
Fornecedores e outras contas a pagar	2.695	14.965	-	-	17.660	17.660
Fornecedores partes relacionadas	3.400	-	-	-	3.400	3.400
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	2	-	-	2	2
	10.193	18.659	2.866			



VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total do passivo circulante e não circulante	49.861	49.504	81.400	77.827
(-) caixa e equivalentes de caixa	(3.831)	(788)	(4.315)	(1.135)
Dívida líquida	46.030	48.716	77.085	76.692
Patrimônio líquido	64.247	60.095	75.031	69.427
Índice de alavancagem	0,72	0,81	1,03	1,10

g. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

Hierarquia do valor justo	Categoria	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3.831	3.831	788	788
Contas a receber de clientes	Nível 2	30.158	30.158	31.838	31.838
Outras contas a receber	Nível 2	309	309	518	518
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	5.434	5.434	7.395	7.395
Total		39.732	39.732	40.539	40.539
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	17.660	17.660	13.406	13.406
Fornecedores partes relacionadas	Nível 2	3.400	3.400	6.549	6.549
Múto a pagar a partes relacionadas	Nível 2	2	2	1	1
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	9.613	9.613	16.845	16.845
Total		30.675	30.675	36.801	36.801

Hierarquia do valor justo	Categoria	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	4.315	4.315	1.135	1.135
Contas a receber de clientes	Nível 2	39.920	39.920	41.050	41.050
Outras contas a receber	Nível 2	1.173	1.173	1.830	1.830
Múto a receber de partes relacionadas	Nível 2	1.682	1.682	1.500	1.500
Total		47.090	47.090	45.515	45.515

Hierarquia do valor justo	Categoria	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	23.709	23.709	22.413	22.413
Múto a pagar a partes relacionadas	Nível 2	12	12	16	16
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	33.284	33.284	34.670	34.670
Total		57.005	57.005	57.099	57.099

h. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo Viasolo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo Viasolo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Viasolo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo Viasolo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. O Grupo Viasolo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então o Grupo Viasolo analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis; • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com compra na "curva do papel" e, portanto, Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis. • Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. • O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. • Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparam às condições definidas nos referidos. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo: O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa.

9. Aspectos ambientais

As operações do Grupo Viasolo estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 24b. E as provisões de recuperação operacional do sistema de aterro do Grupo Viasolo são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 24c. O Grupo Viasolo não mantém nenhuma provisão para riscos de perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

10.1 Caixa e equivalente de caixa: São compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	5	3	15	16
Bancos	74	423	280	280
Certificado de depósito bancário (CDB)	3.752	785	3.877	839
	3.831	788	4.315	1.135

Os CDBs são aplicações financeiras de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. 10.2 Títulos e valores mobiliários: O Grupo Viasolo possui aplicações financeiras no montante de R\$109 e R\$559 na controladora e consolidado, respectivamente, para garantia de empréstimos bancários, as quais possuem remuneração atrelada à variação do CDI. A exposição do Grupo Viasolo aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na nota explicativa nº 8.

15. Investimento

O saldo do investimento é composto como segue:

Empresa	2021		2020	
	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos
Movimentação dos investimentos na controladora				
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	1.048	980	-	(980)
Resíduo Zero Ambiental S.A.	13.983	(902)	3.420	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	3.192	993	-	-
Alfenas Ambiental - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	6.654	(914)	-	2.469
Total de investimento na controladora (a)	24.877	157	3.420	(980)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				
Resíduo Zero Ambiental S.A.	7.182	-	-	-
Total de ágio na controladora (b)	7.182	-	-	-
Total de investimento na controladora (a) + (b)	32.059	157	3.420	(980)

16. Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

Taxa média anual - %	2021		2020	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:				
Aterro e infra em aterros	(*) 18.018	(3.530)	14.488	13.983
Terenos	190	-	190	-
Edificações e construção civil	4%	245	(19)	226
Beneficiárias em bens de terceiros	10%	1.354	(1.010)	344
Máquinas e equipamentos	10%	3.129	(1.387)	1.742
Móveis e utensílios	20%	309	(158)	151
Equipamentos de informática	20%	11.512	(6.294)	5.218
Veículos e equipamentos	20%	5.148	(2.370)	2.778
Imobilizado em andamento	-	40.270	(12.601)	27.669
Total	37.542	2.739	(11)	40.270

17. Intangível

É composto como segue:

Taxa média anual - %	2021		2020	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software				
Software	137	-	137	-
Total intangível	137	(136)	1	2

18. Depósitos judiciais

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósito Recursal	633	615	633	623
Depósito em Garantia	136	204	158	266
Penhora de Créditos	106	105	106	105
Total	875	924	897	994

19. Impostos a recuperar

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ	1.498	172	1.372	224
CSLL	221	38	222	55
Cofins	1.192	1.662	1.484	1.954
Pis	254	354	307	402
INSS	362	109	381	199
Outros	2	2	5	6
Total	3.527	2.337	3.771	2.840

20. Dividendos a receber e a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 70% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente. Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	1.382	1.839	-	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	1.173	3.765	-	-
Acionistas: Revita Engenharia S.A.	-	-	2.301	-
Barbosa e Melo	-	-	2.211	-
Total	2.555	5.604	4.512	-

21. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2021 e 2020, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

22. Reorganização Societária

O saldo do investimento é composto como segue:

Empresa	2021		2020	
	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos
Movimentação dos investimentos na controladora				
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	1.048	980	-	(980)
Resíduo Zero Ambiental S.A.	13.983	(902)	3.420	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	3.192	993	-	-
Alfenas Ambiental - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	6.654	(914)	-	2.469
Total de investimento na controladora (a)	24.877	157	3.420	(980)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				
Resíduo Zero Ambiental S.A.	7.182	-	-	-
Total de ágio na controladora (b)	7.182	-	-	-
Total de investimento na controladora (a) + (b)	32.059	157	3.420	(980)

Empresa	2021		2020	
	Saldo em 31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Aquisição 49% Alfenas	Reorganização Societária
Movimentação dos investimentos na controladora				
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	1.002	909	-	-
Resíduo Zero Ambiental S.A.	15.453	(1.470)	-	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	1.916	752	1.825	(1.695)
Alfenas Ambiental - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	1.280	(251)	-	(1.210)
Total de investimento na controladora (a)	19.651	(60)	1.825	(2.905)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura				
Resíduo Zero Ambiental S.A.	7.182	-	-	-
Total de ágio na controladora (b)	7.182	-	-	-
Total de investimento na controladora (a) + (b)	26.833	(60)	1.825	(2.905)

16. Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

Taxa média anual - %	2021		2020	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:				
Aterro e infra em aterros	(*) 18.018	(3.530)	14.488	13.983
Terenos	190	-	190	-
Edificações e construção civil	4%	245	(19)	226
Beneficiárias em bens de terceiros	10%	1.354	(1.010)	344
Máquinas e equipamentos	10%	3.129	(1.387)	1.742
Móveis e utensílios	20%	309	(158)	151
Equipamentos de informática	20%	11.512	(6.294)	5.218
Veículos e equipamentos	20%	5.148	(2.370)	2.778
Imobilizado em andamento	-	40.270	(12.601)	27.669
Total	37.542	2.739	(11)	40.270

(*) O aterro e suas respectivas beneficiárias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A movimentação do imobilizado de 2021 e 2020 é composta como segue:

Custo	2021		2020	
	Saldo 2020	Adição	Transf. - rência	Saldo 2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:				
Aterro e infra em aterros	17.086	14	-	17.100
Terenos	-	-	-	190
Edificações e construção civil	245	-	-	245
Beneficiárias em bens de terceiros	1.223	-	-	1.223
Máquinas e equipamentos	3.064	71	(6)	3.129
Móveis e utensílios	310	23	-	333
Equipamentos de informática	11.512	96	(5)	11.599
Veículos e equipamentos	2.778	235	-	3.013
Imobilizado em andamento	3.884	2.535	(1.271)	5.148
Total	37.542	2.739	(11)	40.270

Depreciação

Custo	2020		2021	
	Saldo 2020	Depreciação	Transf. - rência	Saldo 2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:				
Aterro e infra em aterros	(3.1			



VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização	Saldo		Reorganização		Saldo
	2019	Adição	Baixa	Societária	
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(1.716)	(1.105)	-	(2.718)	(5.539)
Máquinas e equipamentos	(103)	(38)	-	(99)	(240)
Veículos e equipamentos	-	(146)	-	(1.175)	(1.321)
Software	(139)	(2)	2	(2)	(141)
Ônus de concessão	-	(21)	-	(383)	(404)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:					
Concessões - mais valia	-	(274)	-	-	(274)
	(1.958)	(1.586)	2	(4.377)	(7.919)
Líquido	11.471	11.870	-	11.670	35.011

Ágio não está registrado por mais do que seu valor recuperável. O teste de impairment dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui a Companhia, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2021. Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinzenal de 2022 a 2026. Nesse período, a taxa de crescimento da receita por unidade geradora de caixa variou em média de 31,7% a 28,7%. Para a projeção da receita no período posterior a 2025 foi considerado o período de acordo com a vigência dos contratos de concessão ou dos aterros sanitários, conforme sua capacidade para recebimento de resíduos. A vigência varia de contrato a contrato, bem como a capacidade de aterro sanitário a aterro sanitário. A taxa de crescimento da receita a partir de 2025 foi determinada por meio de uma análise pela Administração, considerando o cenário operacional da unidade geradora de caixa e de seu mercado de atuação. Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, considerando o efeito inflacionário. Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da Companhia. Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (Weighted Average Cost of Capital), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01. Em 2021, não houve fatores internos e/ou externos que alterassem de forma significativa o valor recuperável dos ativos.

Consolidado	Saldo		Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Saldo
	Inicial 2020	Final 2020					
Capital de giro	4.057	13.430	-	642	(1.008)	(7.100)	10.221
Crédito direto ao consumidor	9.098	543	-	817	(609)	(2.872)	6.777
BNDES, CEF e BNB	21.515	-	-	2.391	(2.493)	(5.127)	16.286
	34.670	13.973	-	3.850	(4.110)	(15.099)	33.284

Consolidado	Saldo		Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Reorganização	Saldo
	Inicial 2019	Final 2019						
Capital de giro	1.576	4.000	-	201	(203)	(1.517)	-	4.057
Crédito direto ao consumidor	-	8.053	-	532	(560)	(388)	-	9.098
BNDES, CEF e BNB	17.540	500	-	1.743	(713)	(2.219)	-	21.515
	19.116	12.553	-	2.476	(1.476)	(4.124)	6.125	34.670

21. Salários, benefícios e encargos sociais

O saldo é composto como segue:

	2021	2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Salários	881	786	1.109	984
Encargos trabalhistas	1.321	1.420	1.549	1.754
Férias	2.479	2.127	3.027	2.640
Participação nos resultados	417	207	631	333
	5.098	4.540	6.316	5.711

22. Impostos, taxas e contribuições

O saldo é composto como segue:

	2021	2020	2021	2020
ISS	527	589	626	806
PIS	2.399	3.122	2.869	3.612
Cofins	59	-	141	-
ICMS	73	60	111	88
IRRF	12	9	15	10
Pis/Cofins/CSLL	-	500	-	566
INSS Retido	494	619	787	1.001
Parcelamento (a)	-	228	102	544
Outros	3.564	5.823	4.651	7.487
	3.232	5.312	4.084	6.889
Circulante	332	511	567	798
Não circulante	-	-	-	-
(a) Refere-se a tributos federais não recolhidos a partir de 2020. Em março de 2020 foi adotado o parcelamento simplificado de débitos não previdenciários.				

23. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, como seguem:

	2021	2020	2021	2020
Diferenças temporárias:				
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(4.879)	(4.719)	(6.790)	(15.721)
Provisão para contingências	288	297	344	352
Provisão para participação nos resultados	417	207	592	333
Provisão para fechamento de aterro	602	506	1.029	1.208
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro	331	187	878	777
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.674	1.817	1.674	2.073
Mais valia de ativos em combinação de negócios	(8.209)	-	(8.209)	-
Total	(8.776)	(1.705)	(10.512)	(10.978)
Alíquotas - 34%	34	34	34	34
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.324)	(580)	(3.574)	(3.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.126	1.157	1.536	274
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(4.450)	(1.737)	(5.100)	(4.007)

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	6.491	10.574	6.426	10.426
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(2.207)	(3.595)	(2.185)	(3.545)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Lucro da exploração	1.500	155	1.500	155
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	-	-	(296)	-
Equivalência patrimonial	363	20	126	-
Brindes/multas indedutíveis	(5)	(40)	(5)	(40)
Bônus/patrocínios	(20)	(10)	(46)	(10)
Outras	(458)	1.863	(447)	811
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(827)	(1.807)	(1.353)	(2.629)
Provisão para imposto de renda e contribuição social efetivos	(827)	(1.807)	(1.353)	(2.629)
Corrente	(2.052)	(1.713)	(3.053)	(2.514)
Diferido	(275)	(249)	200	(270)
Incentivos fiscais	1.500	155	1.500	155
Taxa Efetiva	12,74%	17,09%	21,06%	25,22%

24. Provisões

	2021	2020	2021	2020
Provisão para riscos trabalhistas e civis (a)	117	297	179	352
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	602	506	1.445	1.208
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	332	187	1.231	777
	1.051	990	2.855	2.337

a. Provisão para riscos civis e trabalhistas

São compostas como segue:

	2021	2020	2021	2020
Saldo 31/12/2019	8	239	247	-
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	288	288	-
Adições	-	233	233	-
Reversão	(8)	-	(8)	-
Pagamento	-	(174)	(174)	-
Total sem compensação judicial	-	586	586	-
Depósitos judiciais	-	(289)	(289)	-
Saldo 31/12/2020	-	297	297	-
Compensação de depósitos judiciais - 2020	-	289	289	-
Reversão	-	113	113	-
Pagamento	-	(411)	(411)	-
Total sem compensação judicial	-	288	288	-
Depósitos judiciais	-	(171)	(171)	-
Saldo 31/12/2021	-	117	117	-

Consolidado

	2021	2020	2021	2020
Cível	8	239	247	-
Trabalhista	-	288	288	-
Total	8	527	535	-

Saldo 31/12/2019

	2021	2020	2021	2020
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	290	290	-
Adições	-	294	294	-
Reversão	(8)	-	(8)	-
Pagamentos	-	(174)	(174)	-
Total sem compensação judicial	-	649	649	-
Depósitos judiciais	-	(297)	(297)	-
Saldo 31/12/2020	-	352	352	-
Compensação de depósitos judiciais - 2020	-	297	297	-
Reversão	20	108	128	-
Pagamentos	-	(419)	(419)	-
Total sem compensação judicial	20	338	358	-
Depósitos judiciais	-	(179)	(179)	-
Saldo 31/12/2021	20	159	179	-

Consolidado

	2021	2020	2021	2020
Cível	8	239	247	-
Trabalhista	-	288	288	-
Total	8	527	535	-

Saldo 31/12/2019

	2021	2020	2021	2020
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	290	290	-
Adições	-	294	294	-
Reversão	(8)	-	(8)	-
Pagamentos	-	(174)	(174)	-
Total sem compensação judicial	-	649	649	-
Depósitos judiciais	-	(297)	(297)	-
Saldo 31/12/2020	-	352	352	-
Compensação de depósitos judiciais - 2020	-	297	297	-
Reversão	20	108	128	-
Pagamentos	-	(419)	(419)	-
Total sem compensação judicial	20	338	358	-
Depósitos judiciais	-	(179)	(179)	-
Saldo 31/12/2021	20	159	179	-

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista e cível. Para esses processos, a Companhia e suas controladas apresentaram defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos civis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2021, as contingências do Grupo cujas chances de perda foram classificadas como possível totalizam R\$138.788 para a controladora e R\$ 139.819 para o consolidado. Esses processos estão relacionados aos questionamentos sobre o processo de assinatura de contratos de prestação de serviços firmados pela Companhia e por isso envolvem montantes relevantes. Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa 24.d. De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais a Companhia e suas controladas estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência aos tributos federais e estaduais. b. **Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário:** A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao

18. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas da controladora em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são demonstrados a seguir:

Transações comerciais	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Solvi Participações S.A.	-	-	53	68	(1.071)	(923)
GRI Kolela - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	9	9	-	-	-	-
Revita Engenharia S.A.	1	1	569	1.277	-	(663)
Ecovia Valorização de Resíduos S.A.	4	-	-	-	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	2.430	2.204	(5.489)	(4.896)
Afenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	-	-	348	-	(3.892)	(2.519)
Total	14	10	3.400	3.549	(10.452)	(9.001)
Aquisição de Negócio (a):						
Construtora Contorno Ltda.	-	-	-	3.000	-	-
Circulante	-	-	-	3.000	-	-
Não circulante	14	10	3.400	6.549	-	-
Total	14	10	3.400	6.549	-	-

Empresas controladas

Mútuos (b)

Empresas controladas	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ecovia Valorização de Resíduos S.A.	1.773	978	1	1	4	-5
Eco Participações Ltda.	-	838	-	-	-	143
Resíduo Zero Ambiental S.A.	2.566	3.670	-	-	134	115
Afenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	104	1.909	-	-	22	27
Outros	991	-	1	-	165	-
Total	5.434	7.395	2	1	325	280
Circulante	3.557	7.395	-	-	-	-
Não circulante	1.877					



VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

CNPJ 00.292.081/0001-40

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Reserva de subvenção para investimento: Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração.

26. Receita operacional líquida

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cientes públicos	71.959	61.360	85.690	73.044
Cientes privados	7.170	5.112	20.808	16.390
Total receita de serviços	79.129	66.472	106.498	89.434
Receita de construção	-	-	6.220	5.056
Total receita bruta	79.129	66.472	112.718	94.490
Deduções sobre as vendas:				
ISS	(3.601)	(2.345)	(4.762)	(3.378)
PIS	(1.313)	(1.097)	(1.830)	(1.539)
COFINS	(6.014)	(5.051)	(8.394)	(7.087)
Total de deduções sobre vendas	(10.928)	(8.493)	(14.986)	(12.004)
Receita operacional líquida (a)	68.201	57.979	97.732	82.486

a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de três obrigações de desempenho:

	Controladora		% Receita líquida	
	2021	2020	2021	2020
Coleta de resíduos	26.598	39%	22.612	39%
Limpeza Pública	19.778	29%	16.814	29%
Destinação final em Aterro	20.460	30%	17.393	30%
Outros	1.365	2%	1.160	2%
Saldo Total	68.201	100%	57.979	100%

	Consolidado		% Receita líquida	
	2021	2020	2021	2020
Coleta de resíduos	34.206	35%	28.870	35%
Limpeza Pública	21.501	22%	18.147	22%
Destinação final em Aterro	40.070	41%	33.819	41%
Outros	1.955	2%	1.650	2%
Saldo Total	97.732	100%	82.486	100%

27. Custos dos serviços prestados

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	(29.489)	(25.759)	(37.026)	(32.486)
Aluguel	(1.748)	(1.585)	(2.896)	(2.646)
Depreciações	(2.370)	(1.840)	(5.794)	(4.683)
Materiais aplicados nos serviços	(7.390)	(5.229)	(10.616)	(7.559)
Serviços de terceiros (a)	(16.967)	(16.010)	(18.887)	(17.883)
Creditos fiscais	2.649	3.018	3.709	4.018
Custo de construção	-	-	(6.220)	(5.056)
Outros custos de produção	(1.505)	(1.296)	(2.908)	(2.160)
Outros	(269)	(169)	(706)	(229)
	(57.069)	(48.870)	(81.344)	(68.663)

a) As principais naturezas em serviços de terceiros são referentes a manutenção, transportes de resíduos e destinação de aterro.

28. Despesas comerciais

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	143	(65)	(111)	(26)
Recuperação de créditos de títulos inadimplentes	-	58	-	58
Patrocínios, brindes e doações	(28)	(48)	(83)	(48)
Propaganda e publicidade	(52)	(36)	(99)	(77)
Outros	(19)	-	(30)	-
	44	(91)	(323)	(93)

29. Despesas administrativas

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depreciação	(1)	-	-	(6)
Materiais	(5)	(3)	(5)	(3)
Serviços de terceiros	(297)	(876)	(487)	(940)
Tributos, seguros e contribuições	(20)	(13)	(21)	(37)
Reembolso de despesas serv. compartilhados - CSC (a)	(1.069)	(1.586)	(1.852)	(2.277)
Outros	-	(41)	-	(35)
	(1.392)	(2.519)	(2.365)	(3.298)

a) As principais naturezas em serviços de terceiros, são referentes a reembolso de despesas de gestão e assistência técnica financeira e planejamento.

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado venda de imobilizado	17	575	17	575
Ganho por compra vantajosa em investimentos	-	5.429	-	5.429
Despesas e provisões contingenciais	(331)	(391)	(353)	(434)
Patrocínio e doações	(41)	(1)	(61)	(3)
Outras receitas e (despesas)	2.824	31	2.936	(275)
Total	2.469	5.643	2.539	5.292

a) A receita eventual em 2021 refere-se principalmente a valores onduos de créditos de PIS e COFINS.

31. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas juros sobre contratos de mútuo	363	290	195	155
Rendimentos sobre aplicações financeiras	33	25	78	37
Juros recebidos e descontos obtidos	591	11	711	204
Correção de depósitos judiciais	7	14	12	13
Total receitas financeiras	994	340	996	409
Variação monetária	(4.769)	(52)	(4.808)	(84)
Despesas bancárias	(343)	(71)	(1.075)	(717)
Despesas com juros e descontos concedidos	(689)	(288)	(1.036)	(1.758)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(38)	(11)	(117)	(30)
Despesas com multas e moras financeiras	(14)	(200)	(23)	(335)
Tributos sobre movimentações financeiras	-	(9)	-	(107)
Juros sobre financiamento	(1.040)	(1.217)	(3.850)	(2.476)
Total despesas financeiras	(6.893)	(1.848)	(10.809)	(5.507)
Total	(5.899)	(1.508)	(9.813)	(5.098)

32. Cobertura do seguro

Para a controladora Viasolo, durante o período de concessão, compete manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma: • Seguro Patrimonial: R\$3.259; e • Responsabilidade Civil R\$68.954.

33. Contrato de concessão

Conforme disposto pelo ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo Grupo Viasolo para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverão ser registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle ou de propriedade do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O Grupo Viasolo tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma o Grupo Viasolo registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

Resumo do contrato de concessão da Controlada Ecovia:

Concessionária	Sumário dos serviços sob concessão:	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	operação, manutenção e ampliação do aterro sanitário em fase de licenciamento; operação;	15 anos renováveis por igual período a partir de 01/08/2014.	R\$ 12.988	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	investimento para ampliação, operação e manutenção do aterro sanitário, bem como seu encerramento de acordo com os termos e prazos da regulamentação vigente	o contrato poderá ser renovado desde que o local ampliado para disposição final dos resíduos possua vida útil para atendimento ao respectivo prazo

Resumo do contrato de concessão da Controlada Alfenas:

Concessionária	Sumário dos serviços sob concessão:	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	Serviços Públicos de Coleta dos Resíduos Sólidos, Tratamento, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário do Município de Alfenas/MG	20 anos a partir de janeiro/2012 – janeiro 2032	R\$ 13.773	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Apresentar a Prefeitura Municipal de Alfenas projetos executivos para a construção de obras de ampliação, reforma, modernização ou construção de infraestrutura.	Pode ser prorrogado por mais 10 anos se Manifestado o interesse entre as partes e a indicação dos interesses públicos que motivam a prorrogação e estudo prévio de viabilidade econômico-financeira.

DIRETORIA		CONTADOR	
Silvio Cesar Costa Junior Diretor	Wânia Pinheiro Magalhães Diretora	Carlos Alberto Vieira CRC1SP206566/O-0-S-MG	
Alan Pierre de Espindula Vieira Diretor			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Viasolo Engenharia Ambiental S.A. Guapó - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 17 de maio de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de julho de 2022.

EY ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Wallace Weberling Pereira
Contador
CRC-1SP230870/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/6534-DB37-631D-4AD5> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6534-DB37-631D-4AD5



Hash do Documento

6X+wVscfoMCj+RlvEo/sSNGwRIPi7LXQuU+wE4jUCAg=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/11/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 16/11/2022 21:27 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

